

A INTERNACIONAL SOCIALISTA E O IMPERIALISMO. Caio Martins Bugiato, Marcos Tadeu Del Roio. – Política – Relações Internacionais – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marilília.

A vida da II Internacional ou Internacional Socialista (1889-1914) coincide com o período de formação do moderno imperialismo capitalista, desde finais do século XIX até a eclosão da chamada I guerra mundial (1914-1918). Durante toda a sua existência a II Internacional se manifestou repetidamente contra a guerra e em defesa da paz e da democracia. Ao mesmo tempo foi se configurando e desenvolvendo um debate teórico dentro e fora das fileiras da Internacional Socialista sobre o problema do imperialismo. As concepções teóricas que se formaram podem ser identificadas com as posições político-estratégicas defendidas para o movimento operário socialista e divididas em duas grandes vertentes: a reformista e a revolucionária. As diferentes interpretações do imperialismo oferecem uma chave para compreender as diferentes posições políticas assumidas diante da guerra de 1914. Esta pesquisa analisa essas duas vertentes interpretativas do imperialismo e como incidiram na vida política da Internacional Socialista. Os autores escolhidos foram Hobson, Hilferding e Kautsky pela vertente denominada de reformista e Rosa Luxemburg, Bukhárin e Lênin pela vertente denominada de revolucionária.

O objetivo central desta pesquisa é resgatar o debate sobre o imperialismo ocorrido no seio e no entorno da Internacional Socialista, particularmente entre os anos de 1902 e 1916, observando as diferentes leituras e interpretações postas pelas vertentes ditas reformista e revolucionária da Internacional Socialista e as suas implicações políticas, particularmente frente à democracia liberal burguesa e imperialista. A finalidade é gerar elementos para enriquecer o debate sobre o imperialismo capitalista do tempo atual e sobre os fundamentos econômico-políticos das relações internacionais.

A pesquisa procede antes de tudo pelo recolhimento do material, composto basicamente pelos textos dos autores escolhidos para análise. Escolhemos seis autores emblemáticos do debate em pauta. Documentos exarados pela Internacional Socialista servirão de localização da situação política. É bastante possível que se façam necessários outros textos dos autores escolhidos, além daqueles referidos na introdução da discussão.

Uma bibliografia que ofereça o cenário histórico, político e cultural da II Internacional é indispensável. De posse desse material, será feita a leitura sistemática dos autores escolhidos, que poderíamos arriscar a identificar como clássicos, e da bibliografia capaz de circunscrever o ambiente cultural e político em foco.

A partir disso poderá se conformar relatórios de pesquisa que esclareça os pontos de fortes do debate, as divergências e as convergências, as diferenças de interpretação e mesmo de método entre os autores. Como as leituras em pauta foram filtradas para a ação política dos socialistas nessa nova fase do capitalismo.

O capitalismo se consolidou plenamente e alcançou uma difusão espacial significativa no último quarto do século XIX. Nesse período, além da Inglaterra e da França, também a Alemanha, a Itália, a Rússia, os EUA, o Japão, cada qual com suas condições particulares, passaram a ser territórios de acumulação capitalista. Acumulação realizada por meio da exploração social do trabalho e também pela difusão do capitalismo para todos os rincões da Terra, por meio do colonialismo. A ampliação do direito de sufrágio e a expansão colonialista são processos que convergem na ideologia estatal nacionalista.

A consolidação do capitalismo e da hegemonia burguesa, a partir da década de 70, criou as condições do imperialismo e da democracia liberal-burguesa, mas gerou também as condições para a construção de instituições sociais do movimento operário, tais como a cooperativa, o sindicato e o partido. Após a derrota da Comuna de Paris, em 1871, a fundação do Partido Social-democrata da Alemanha, em 1875, deu início uma fase na história do movimento operário que se conclui em 1914, com a eclosão da guerra imperialista. O momento mais importante foi o da fundação da Internacional Socialista, em Paris, por ocasião do Centenário da revolução francesa, em julho de 1889.

A partilha da África em 1885 e as primeiras guerras imperialistas na virada do século, junto com a retomada do desenvolvimento capitalista após 1895 delinearão os termos do problema teórico e político a ser enfrentado. A expansão econômica criou certa euforia e crença entre os socialistas de que o crescimento seria sustentado e de longo prazo, de modo a colocar em questão as idéias sobre a crise capitalista. Essa situação garantiu a respeitabilidade e o respaldo conseguido pelas idéias de Bernstein. Durante esse período os Estados capitalistas liberais ampliaram as suas bases de consenso social e configuraram ou ampliaram impérios coloniais, de modo que o cenário de ação do movimento socialista nesse período foi posto pela democracia burguesa e pelo colonialismo. Por esse caminho, no seio do movimento socialista, foi possível defender até mesmo a participação dos socialistas no governo do Estado burguês, como foi o caso da França.

Quanto ao colonialismo ou a política colonial, os socialistas tenderam a se dividir em duas vertentes. Um grupo, entre os quais estavam Belfort-Bax e Max Beer, se opunham a qualquer política colonial, mas com dificuldade em apresentar uma crítica fundamentada da situação. Outro grupo tendia a questionar os métodos e os fins do colonialismo, permeados de violência e esbulho dos povos periféricos, mas entendiam que a missão civilizatória do Ocidente deveria proceder de uma forma humanista.

A série de guerras imperialistas que eclodiram no Caribe -- entre EUA e Espanha --, na África do Sul -- entre bóeres e ingleses -- e na China -- envolvendo também os ingleses -- entre 1898 e 1901, estimulou uma reflexão mais cuidadosa e fundamentada do imperialismo. A primeira tentativa séria foi levada a termo por John Hobson, em 1902, com seu trabalho *Imperialismo: um estudo*. O imperialismo seria produto das condições de luta por territórios e mercados para a superprodução de mercadorias realizadas nos Países industrializados, particularmente a Inglaterra. Essa superprodução, por sua vez, seria decorrente do subconsumo das camadas médias e dos trabalhadores. Os baixos salários e baixos rendimentos, por um lado, e a especulação rentista, por outro, explicam o imperialismo. O capital especulativo, sob proteção das políticas governamentais, para se multiplicar, avança sobre o trabalho dos povos vitimados pelo colonialismo.

A solução para as guerras coloniais e a aplicação de uma política colonial civilizatória para as periferias estaria a cargo de uma política definida em conjunto pelos países europeus. A política colonial predatória seria desnecessária desde que dentro de cada país houvesse uma reforma do mercado, com melhor distribuição de renda, melhores salários e capacidade de consumo equilibrada. Assim, o imperialismo era visto como um desvio a ser sanado por reformas no capitalismo.

Embora Hobson não fosse um expoente da IS, a sua formulação embasou toda a orientação política da IS. Os documentos da IS seguidamente manifestaram a sua oposição a guerra, a defesa da paz e da democracia como princípios basilares do socialismo, mas não conseguiram apontar os fundamentos da nova época e menos ainda do imperialismo.

Um notável esforço de compreensão do capitalismo e do imperialismo do século XX foi empreendido por Hilferding, em 1910, com a publicação de *O capital financeiro*. Para Hilferding a formação da grande empresa monopolista, por meio de cartéis e trusts, crescentemente vinculada aos interesses dos grandes bancos, por fusão, deram origem ao capital financeiro e a tendência do capitalismo se organizar de modo a evitar ou minorar o efeito das crises. A tendência à organização se reforça pela aproximação da burguesia com o Estado e pela generalização do planejamento administrativo e econômico. A formação de monopólios implicaria a diminuição da concorrência no mercado nacional e um aumento de preços, inclusive da força de trabalho. Com isso ocorreria a busca de novos mercados e de mão de obra barata para onde pudesse ser exportado o capital excedente. A concorrência acirrada seria então transferida para o mercado mundial, tornando a guerra muito possível.

O conflito no Marrocos e as guerras balcânicas (mas também a queda do império chinês), fizeram voltar a baila com bastante força a questão do imperialismo, a partir de 1911. Numa série de artigos, publicados entre 1911 e 1913, Kautsky defendeu a tese que o imperialismo seria produto das classes agrárias e parasitárias, herdeiras da velha ordem feudal, ou seja, da incompletude da revolução democrático-burguesa. A burguesia teria interesse em que a expansão do mercado mundial ocorresse de forma pacífica e a concorrência entre

monopólios tenderia a formação de super monopólios dentro de um mercado mundial unificado e gerido por um imperialismo unificado, momento de preparação da passagem ao socialismo. A tendência geral do desenvolvimento capitalista seria então a paz e a democracia. A guerra, caso viesse a ocorrer, seria desnecessária, indesejável e pontual.

A implicação política da teoria reformista é a possibilidade, ou mesmo necessidade, de aliança com parcelas da burguesia que supostamente se opunham à guerra e ao imperialismo. Quando a guerra europeia eclodiu em 1914, a postura política dessa vertente teórico-política não poderia ser outra que o pacifismo. Tratava-se de aguardar a passagem da tempestade da guerra para que fosse retomado o curso normal da evolução do capitalismo.

Quando a vertente centrista “ortodoxa” do Partido SocialDemocrata Alemão compôs uma nova maioria com as tendências mais à direita (e que nada tinham em comum com a cultura marxista), uma nova esquerda teve origem no movimento socialista alemão. Logo em seguida, na Rússia, a vertente bolchevique tomou a decisão de promover a cisão teórica e orgânica como reformismo menchevique. Ainda que minoritária, as esquerdas conseguiram fazer passar uma declaração do movimento socialista internacional contra a guerra que se aproximava, ameaçando a burguesia com a revolução. O problema do imperialismo ganhava uma forte preminência nesse contexto, ainda mais acentuado com o espocar da guerra.

Em 1913, Rosa Luxemburg, expoente da nova esquerda, no seu livro *A acumulação do capital*, discutiu o tema do imperialismo a partir da tentativa de resolver o problema da reprodução ampliada do capital, que não estaria suficientemente explicitado no segundo livro *O capital*, de Marx. O argumento de Rosa se desenvolve com a constatação de que a reprodução ampliada ocorre a partir da extração do valor-trabalho na fábrica, na mina e na empresa agrícola, o que conforma o proletariado industrial das economias capitalistas. No entanto, decisivo é também o valor adquirido por meio da incorporação de espaços naturais e sociais pré-capitalistas. Essas seriam as zonas agrícolas de economia camponesa e artesanal, sobreviventes da época feudal, a comuna oriental camponesa, que ainda sobrevivia na Rússia e, principalmente, a ampla zona colonial do mundo.

Como Rosa destina pouca importância para o problema da exportação de capitais, no seu argumento o imperialismo passa a ser encarado como um movimento intrínseco à acumulação do capital. O colonialismo é sempre visto como agressão e saque dos povos subjugados e o imperialismo considerado expressão política da acumulação do capital na sua luta pelos resíduos de ambientes não-capitalistas ainda não submetidos à lógica do mercado.

A concorrência interimperialista levaria ao estreitamento dos vínculos entre o Estado e os interesses capitalistas, à militarização e à guerra. O esgotamento do espaço não-capitalista de expansão para a acumulação do capital levaria à estagnação econômica e ao aumento da exploração dos trabalhadores. Assim que a guerra imperialista e a estagnação econômica criariam as condições para a necessária revolução socialista.

Nikolai Bukhárin, que estivera muito próximo das posições políticas da nova esquerda e de Rosa, em 1915, no seu livro *A economia mundial e o imperialismo*, procede a uma importante crítica ao trabalho de Rosa, centrada nas observações de que o imperialismo seria de fato caracterizado pela existência dos monopólios e pela exportação de capitais, constituindo assim uma fase determinada do processo de acumulação capitalista. Outro ponto importante de divergência se encontrava na possibilidade ou não do capitalismo continuar se desenvolvendo após conquistar todo o planeta e constituir um sistema fechado global. Enquanto Rosa tendia para uma interpretação estagnacionista, Bukhárin entendia que o capitalismo poderia continuar se desenvolvendo de forma mais organizada. A influência da obra de Hilferding sobre a elaboração de Bukhárin é notável, ainda que as consequências políticas sejam bastante diferentes.

O enfoque de Bukhárin parte do problema da existência de uma economia mundial, cuja origem estaria no desenvolvimento e internacionalização das forças produtivas. Mas essa economia mundial, longe de ser homogênea, promovia uma divisão em dois tipos de países: os imperialistas e a grande gama de países colonizados, configurando uma divisão internacional do trabalho. Essa era também uma divisão social do trabalho, pois que a zona colonial constituía o amplo campo do mundo. Bukhárin sugere então a importância que o campesinato viria a assumir no processo revolucionário na Rússia e na zona colonial.

Os Estados imperialistas que dominavam a economia mundial assistiam no seu interior a uma significativa diminuição do conflito intracapitais e da anarquia do mercado por conta da formação dos monopólios, ao mesmo tempo em que ampliavam a sua intervenção na economia e os vínculos com os interesses capitalistas. Haveria assim uma tendência a se formar um capitalismo organizado capaz de ampliar o seu domínio e capacidade de exploração sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o Estado imperialista teria capacidade de angariar apoio de parte da classe operária, submetida à ideologia nacionalista e reformista.

A disputa entre os Estados imperialistas pelo controle da economia mundial para os seus monopólios ocorria pela exportação de capitais e pela conquista territorial, visando o controle das fontes de matéria-prima. O predomínio dentro do Estado imperialista e na sua política externa faz com que se possa definir o imperialismo como sendo precisamente a política do capital financeiro. Mas essa política contempla em si a tendência à militarização dos Estados e a guerra imperialista.

O livro de Bukhárin nem havia sido publicado quando, na primavera de 1916, com a guerra imperialista em pelo andamento, Vladimir Lênin, coligindo e sintetizando todo o debate precedente, redigiu o seu Imperialismo, fase suprema do capitalismo. Lênin absorve e reordena muito das contribuições de Hobson e de Hilferding, praticamente ignora Bukhárin, mas isso é apenas uma impressão falsa, pois a pesquisa de Bukhárin fora feita sob o estímulo e acompanhamento de Lênin. Rosa havia sido criticada por Bukhárin e pelo próprio Lênin em outra ocasião. O alvo da verve polêmica de Lênin é mesmo Kautsky e a tese do ultra-imperialismo, assim como a sua subjacente posição política “pacifista”.

O objetivo de Lênin é o de deslindar os fundamentos econômico-sociais do imperialismo e enunciar a sua particularidade histórica. Importante então é enunciar desde logo que o imperialismo é uma fase histórica particular do desenvolvimento do capitalismo, cujo início poderia ser localizado em torno de 1880. Teria havido muitas formas de imperialismo na história, mas esse era um imperialismo particular, um imperialismo capitalista. Antes de tudo é preciso notar que a fase imperialista preserva o conteúdo essencial do capitalismo, mas eleva as suas contradições a um novo e mais elevado patamar, gerando violência e guerra.

Como resultado inicial, constata-se que enquanto a vertente reformista é envolta pelo pacifismo, para a vertente marxista revolucionária o imperialismo pode ser intrínseco ao próprio capitalismo ou ser visto como uma fase de desenvolvimento do capitalismo. As diferenças de análise nesse campo, entre Rosa e Lênin, tiveram também implicações na tática política. Para Rosa, a fase expansiva e relativamente pacífica do capitalismo, assim como a legalidade burguesa, havia persuadido uma grande parcela da classe operária das teses da burguesia e do social-reformismo. A guerra imperialista e a tendência à estagnação econômica criariam as condições para que a classe operária se deslocasse pra o campo da revolução socialista. A questão principal estava então em soldar a unidade operária dentro do campo da revolução, mas esse processo seria mais fácil, de início, naquelas regiões de maior fricção entre o capitalismo imperialista e as zonas de recente reprodução ampliada do capital, como era o caso da Rússia. Na Alemanha deveria ser travada ainda uma batalha político-ideológica pra a conquista da maioria da classe operária.

Na leitura de Lênin a fase imperialista do capitalismo havia provocado uma cisão social na classe operária, gerando uma camada social e ideologicamente diferenciada, que se identificava no social-reformismo. Essa situação demandava uma urgente e radical ruptura teórica e orgânica com o reformismo, a fim de lutar contra a guerra e o imperialismo por meio de uma tática revolucionária.

Em decorrência do fato do projeto estar em andamento ainda não há conclusões finais. Sendo assim, os resultados finais da pesquisa serão comparados à luz dos objetivos do projeto e dos argumentos que o sustentaram. A partir desse exercício teremos condições de avaliar a evolução da proposta original do projeto.

Bolsa: CNPq/PIBIC

